

## EXAME NACIONAL DE ACESSO À ADVOCACIA 2021

### Prova Escrita

#### Instruções para realização da Prova Escrita:

1. O EN-OAA terá início às 10H00 e terminará às 13H00.
2. Durante este período, os candidatos terão 120 minutos para fazer o exame, findo os quais o sistema fechará automaticamente, deixando de ser possível aceder à plataforma.
3. A duração da Prova Escrita será controlada por meio de um cronómetro virtual, encerrando-se a sessão do candidato quando for atingido o tempo limite da sua realização e salvando-se todas as questões respondidas.
4. A Prova Escrita é de carácter individual, devendo os candidatos abster-se de quaisquer práticas fraudulentas que ponham em causa a sua participação e desclassificação.
5. A Prova Escrita é constituída por questões com respostas de múltipla-escolha. Para cada uma das questões, são apresentadas até cinco (5) alternativas de resposta, ordenadas com as letras A, B, C, D e E ou com os números 1, 2, 3, 4 e 5, das quais apenas uma (1) é certa e ao candidato apenas será permitida a escolha de uma alternativa como resposta.
6. Para cada questão o tempo máximo de resposta é de dois (2) minutos, findos os quais o sistema passará automaticamente para questão subsequente, não permitindo retroceder à nenhuma das questões precedentes.
7. Findo o EN-OAA, o candidato receberá automaticamente o resultado expresso em valores ou percentagem com a referência “admitido(a) à advocacia ou “reprovado(a)”.
8. São admitidos à advocacia os candidatos que obtiverem uma classificação igual ou superior 50% no EN-OAA.

**GRUPO I**

**QUESTÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)**

**1.1. A constituição e o funcionamento dos partidos políticos devem, nos termos da lei, respeitar de entre outros o seguinte princípio fundamental:**

- a) Prossecução pública dos fins e do Estado;
- b) Representatividade mínima fixada na Constituição,
- c) Organização e funcionamento democrático.

**1.2. A paz tem como base o primado do direito e da lei e visa:**

- a) Assegurar as condições indispensáveis e necessárias à estabilidade e ao desenvolvimento do País.
- b) Assegurar as condições necessárias à estabilidade e ao desenvolvimento do País.
- c) Assegurar as condições essenciais e necessárias à estabilidade e ao desenvolvimento do País.

**1.3. Em Angola, o poder político é exercido por:**

- a) Quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre, justo e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei.
- b) Quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre, justo, transparente e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei.
- c) Quem obtenha legitimidade mediante processo eleitoral livre e democraticamente exercido, nos termos da Constituição e da lei.

**1.4. O Estado deve adoptar as iniciativas legislativas e outras medidas adequadas à:**

- a) Concretização progressiva e efectiva, de acordo com os recursos disponíveis, dos direitos económicos, sociais e culturais.
- b) Concretização progressiva e efectiva, de acordo com os recursos disponíveis, dos direitos políticos, económicos, sociais e culturais.
- c) Concretização progressiva e efectiva, de acordo com os recursos disponíveis, dos direitos políticos, civis, económicos, sociais e culturais.

**1.5. No exercício das funções legislativa, jurisdicional e administrativa, ou por causas delas, de que resulte violação dos direitos, liberdades e garantias ou prejuízo para o titular destes ou terceiros, os autores dessas acções ou omissões são:**

- a) Criminal, civil e disciplinarmente responsáveis, nos termos da lei.
- b) Criminal, financeira e disciplinarmente responsáveis, nos termos da lei.
- c) Criminal e disciplinarmente responsáveis, nos termos da lei.

**1.6. Compete ao Tribunal Constitucional conhecer e decidir os processos de destituição do Presidente da República na seguinte situação:**

- a) Por crime de traição à Pátria e espionagem.
- b) Por ser titular de alguma nacionalidade adquirida.
- c) Por crime de suborno, peculato e corrupção.

**1.7. Reveste a forma de projecto de lei a:**

- a) Iniciativa legislativa exercida pelos Deputados, pelos grupos parlamentares e pelo Presidente da República.
- a) Iniciativa legislativa exercida pelos Deputados e pelos grupos parlamentares.

- b) Iniciativa legislativa exercida pelos Deputados e pelo Presidente da República.

**1.8. O regime dos direitos, liberdades e garantias fundamentais estabelecidos na Constituição impõe:**

- a) A criação de normas infra-constitucionais para a sua aplicação aos casos concretos.
- b) A aplicação directa aos casos concretos sem vinculação de todas as entidades públicas e privadas.
- c) A aplicação directa aos casos concretos e a vinculação de todas as entidades públicas e privadas.

**1.9. Nos termos da Constituição e da lei, a competência para designar os juizes do Tribunal Constitucional é:**

- a) A Assembleia Nacional e o Presidente da República.
- b) Assembleia Nacional, o Presidente da República e o Conselho Superior da Magistratura Judicial.
- c) O Conselho Superior da Magistratura Judicial.

**1.10. A regulação do acesso à advocacia compete à:**

- a) Ordem dos Advogados de Angola.
- b) Assembleia Nacional
- c) Assembleia Nacional e a Ordem dos Advogados de Angola.

## GRUPO II

**QUESTÕES DE DIREITO CIVIL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)**

**2.1. No sistema jurídico plural angolano os acórdãos do Tribunal Supremo vinculam os demais Tribunais (inferiores). Assinale a alternativa correcta:**

- a) No julgamento de questões reguladas pelo Direito Costumeiro;
- b) Apesar de não serem vinculativas, indicam o sentido do justo;
- c) Nos casos em que se recorre à interpretação extensiva.

**2.2. A Lei n.º 2/00, de 11 de Fevereiro revogou a Lei n.º 6/81, de 24 de Agosto. Com a revogação da Lei n.º 2/00 pela Lei n.º 7/15, de 15 de Junho, a Lei n.º 6/81:**

- a) Entrou novamente em vigor, de forma automática;
- b) Entrou em suspensão;
- c) Permanece revogada.

**2.3. António vendeu, sob ameaça de agressão física, o seu amado automóvel à Maria ?**

- a) O acto é nulo;
- b) O acto é inexistente;
- c) O acto é anulável.

**2.4. Ngueve vendeu à Henda um colar pertencente à Pemba:**

- a) Pemba perdeu definitivamente o colar, restando-lhe apenas exigir judicialmente de Ngueve uma indemnização;
- b) Pemba perdeu definitivamente o colar. Portanto, não tem qualquer protecção jurídica;
- c) Pemba pode reaver o colar recorrendo aos meios jurídicos adequados.

**2.5. Martinho convidou Paulinho para tomar uns copos. Depois de muitos copos, Martinho vendo que Paulinho estava embriagado, convenceu-lhe a perdoar a sua dívida. Quid iuris ?**

- a) A obrigação extinguiu-se;
-

b) A dívida subsiste;

c) Houve novação.

**2.6. Domingos celebrou com Domiciano um contrato de compra e venda de sementes de kapungopungo. No entanto, *medio tempore*, entrou em vigor uma lei a proibir a venda dessas sementes :**

a) As obrigações emergentes do contrato subsistem por força do princípio da autonomia da vontade;

b) As obrigações extinguem-se;

c) Apenas o vendedor permanece obrigado à realizar a prestação.

**2.7. Boyka ofereceu a Jussara, um lindo colar que tinha furtado a Dra. Carmelinda :**

a) Jussara adquiriu a propriedade;

b) Jussara adquiriu a propriedade e a posse;

c) Jussara adquire a posse.

**2.8. Deolindo prometeu por meio de uma carta de pedido contrair matrimónio com a Beua, sua namorada de longa data. No entanto, violando a promessa, Deolindo casa-se com Jéssica. Quid iuris?**

a) O casamento é anulável;

b) O casamento é válido;

c) O casamento é nulo.

**2.9. Silveiro morreu em Benguela, onde residia, e deixou bens em Cabinda :**

a) A sucessão deve ser aberta em Luanda por ser a capital do país;

b) A sucessão será aberta em Benguela;

c) A sucessão será aberta em Cabinda.

**2.10. Na sucessão, o direito que se transmite ao novo titular?**

a) É inteiramente novo;

b) Permanece o mesmo;

c) Tem conteúdo pessoal.

**GRUPO III**

**QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)**

**3.1. António, cidadão português com domicílio em Londres, pretende abrir um escritório em Luanda. Para o efeito contratou em Lisboa a sociedade MEL Lda., sociedade constituída ao abrigo do direito Espanhol, mas com sucursal em Angola, para o fornecimento de mobiliário de escritório proveniente de Portugal. No contrato, celebrado entre as partes, e reduzido a escrito, foi estipulada uma cláusula com seguinte teor: “Os litígios emergentes do presente contrato serão dirimidos pelo tribunal judicial da Comarca de Lisboa”. A cláusula em apreço consubstancia:**

a) Uma convenção nos termos da qual as partes acordaram submeter a apreciação de um eventual litígio a um tribunal arbitral.

b) Uma convenção pela qual as partes estipularam como competente para dirimir o litígio um tribunal diferente daquele que resulta das regras de competência interna.

- c) Uma convenção mediante a qual as partes designaram a jurisdição competente para apreciar o litígio.

**3.2. De acordo com a Teoria de Alberto dos Reis, na determinação da relação jurídica que serve de base à aferição da legitimidade das partes, qual é afirmação correcta?**

- a) Têm legitimidade para a acção os sujeitos da pretensa relação jurídica controvertida, tal como foi configurada pelo autor.
- b) Têm legitimidade para a acção os sujeitos da relação jurídica substancial que se controverte.
- c) Têm legitimidade para acção os sujeitos que tenham interesse em agir.

**3.3. Os procedimentos cautelares têm por fim a tutela provisória de uma determinada situação fáctico-jurídica, destinam-se meramente a acautelar direitos e são também:**

- a) Processos sumários
- b) Acções às quais aplicam-se as regras do processo sumário.
- c) Meios de tutela cível aos quais se aplica o princípio da legalidade das formas processuais.

**3.4. Prossuponha que no âmbito de um processo do qual é mandatário, o assistente do Autor vem a falecer. Que efeito tem a comunicação do óbito no processo em causa?**

- a) Origina a extinção da instância por consubstanciar uma parte principal.
- b) Origina a suspensão da instância por consubstanciar uma parte acessória.

c) Não tem qualquer efeito no processo.

**3.5. Quando se preparava para proferir Despacho Saneador, o juiz apercebeu-se que o réu era a mesma pessoa que há 1 ano, por conduzir em estado de embriagues, embateu violentamente na traseira do veículo automóvel de que é proprietário e até então não se responsabilizou pelos danos que lhe causou. A factualidade relatada teria alguma implicação processual?**

a) Sim, o juiz deveria declarar-se impedido

b) Sim, o juiz deveria pedir escusa.

c) Não, não tem qualquer relevância processual.

**3.6. Imagine que é advogado e numa audiência de julgamento, uma testemunha da parte contrária produz um depoimento no qual declara que foi celebrado, entre as partes, um contrato de mútuo, exibindo para o efeito uma carta datada de 30 de Março de 2019, que diz ter sido escrita pelo seu cliente e em que este reconhece ter celebrado tal contrato. Sucede, no entanto, que o seu cliente juntou um atestado médico do qual resulta que esteve hospitalizado e em coma induzida desde 1 de Janeiro de 2019 até 5 de Setembro de 2019. Face ao exposto, qual o mecanismo a que poderia recorrer para colocar em causa a credibilidade do depoimento prestado?**

a) Pedir a palavra e requerer acareação.

b) Pedir a palavra e requerer contradita.

c) Pedir a palavra e requer depoimento de parte.

**3.7. A ocorrência superveniente da exceção peremptória do pagamento dá lugar:**

- a) A inutilidade superveniente da lide.
- b) A impossibilidade superveniente da lide.
- c) A decisão de mérito.

**3.8. A reclamação, antes denominado recurso de queixa, tem por fundamento:**

- a) As demoras abusivas do juiz e consequente violação do princípio da celeridade processual por causa imputável ao juiz.
- b) A decisão que não admita o recurso ou a que atribua ao recurso subida diferida.
- c) Os actos supérfluos e meramente dilatórios praticados pela contraparte.

**3.9. Indique em que caso existe litisconsórcio passivo voluntário:**

- a) Execução intentada por Fernando contra Gaspar e Daniel, irmãos e herdeiros de José, em que a obrigação exequenda traduz-se no pagamento da quantia de AKZ 20.000.000,00.
- b) Execução intentada por Fernando contra Gaspar e Daniel, dois renomados pintores, em que a obrigação exequenda traduz-se em pintarem uma réplica do tecto da Capela Sistina, com a técnica característica e complementar do estilo de cada um deles.
- c) Execução intentada por Fernando contra Gaspar e Daniel, devedores solidários, em que a obrigação exequenda traduz-se no pagamento da quantia de AKZ 3.000.000 fundada num mútuo.

**3.10. Indique em que caso não é obrigatório o patrocínio judiciário:**

- a) Execução promovida por António contra Francisco, na qual a obrigação exequenda corresponde ao pagamento da quantia mutuada de AKZ 3.000.000,00.
- b) Execução promovida por António contra Francisco, na qual a obrigação exequenda corresponde ao pagamento da quantia mutuada de AKZ 1.200.000,00 e no âmbito dessa acção Francisco opôs-se à execução por embargos com fundamento em inexigibilidade da obrigação exequenda.
- c) Execução promovida por António contra Francisco, na qual a obrigação exequenda corresponde ao pagamento da quantia mutuada de AKZ 1.300.000,00 e no âmbito dessa acção António tenha pedido a citação de Ana, cônjuge de Francisco.

#### GRUPO IV

#### QUESTÕES DE DIREITO PENAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)

##### 4.1. As pessoas colectivas:

- a) Não são criminalmente responsabilizáveis.
- b) São criminalmente responsabilizáveis.
- c) São parcialmente responsabilizáveis (criminalmente).

##### 4.2. São puníveis os factos praticados:

- a) Com dolo.
- b) Com negligência
- c) Com dolo ou com negligência.

##### 4.3. São reacções criminais consagradas no Código Penal angolano:

- a) As Penas e as Indemnizações.
- b) As Medidas de Segurança e as Multas.
- c) As Penas e as Medidas de Segurança

**4.4. Entre nós (Angola), as penas têm como finalidade:**

- a) A Retribuição e a Prevenção.
- b) A Prevenção.
- c) A Retribuição.

**4.5. A Acção, enquanto elemento da infracção criminal, é:**

- a) Uma conduta humana e voluntária.
- b) Uma conduta humana involuntária.
- c) Uma conduta humana ou uma ocorrência natural.

**4.6. Rege a aplicação da lei penal no tempo:**

- a) O Princípio da Legalidade.
- b) O Princípio da Não-retroactividade.
- c) O Princípio da Retroactividade.

**4.7. A afirmação “Não há responsabilidade subjectiva em Direito Penal.” está:**

- a) Correcta.
- b) Incorrecta.
- c) Parcialmente correcta.

**4.8. A descriminalização é:**

- a) Causa de extinção da responsabilidade criminal.
- b) Causa de prescrição do procedimento criminal.
- c) Causa de atenuação da responsabilidade criminal.

**4.9. A pessoa que, em estado de necessidade, pratique uma ofensa à integridade física de outrem é:**

- a) Absolvida.
- b) Condenada.
- c) Condenada de modo atenuado.

**4.10. O indivíduo de 18 anos de idade que agrida sexualmente uma pessoa:**

- a) É criminalmente responsabilizável.
- b) Não é criminalmente responsabilizável.
- c) É criminalmente responsabilizável, com atenuação sancionatória.

**GRUPO V**

**QUESTÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL – (3,33 VALORES/ ou 16,66%)**

**5.1. A aplicação da Lei Processual Penal no tempo deve ser:**

- a) Aplicação imediata;
- b) Não se aplica aos processos que tiveram início na vigência da lei processual penal anterior ;
- c) Só se aplica a processos instaurados após a sua vigência.

**5.2. Na administração da Justiça Penal, os Tribunais e Juízes obedecem exclusivamente:**

- a) À Constituição e à Lei ;
- b) Aos usos e costumes;
- c) As determinações das autoridades administrativas competentes.

**5.3. Em Processo Penal, são Medidas Processuais de Natureza Cautelar:**

- a) As Buscas;
- b) As Apreensões;
- c) A Detenção.

**5.4. Em processo penal são medidas de coacção pessoal:**

- a) A Caução Económica;
- b) A Prisão Preventiva;
-

- c) O Arresto Preventivo.

**5.5. Dentre as formas de processo penal abaixo referidas, indique qual deles é comum:**

- a) Processo sumário, abreviado, de contravenções;
- b) O processo comum de julgamento em 1.<sup>a</sup> instância no Tribunal Supremo;
- c) O processo comum.

**5.6. A Instrução Contraditória tem por finalidade:**

- a) Uma decisão judicial que confirme o Despacho de Pronúncia.
- b) Uma decisão judicial que confirme ou infirme o Despacho de Acusação.
- c) Uma decisão judicial que confirme a conformidade do Julgamento.

**5.7. A abertura da instrução contraditória pode ser requerida no prazo:**

- a) 20 dias a contar da notificação do Despacho de Acusação;
- b) 5 dias a contar da notificação do Despacho de Pronúncia;
- c) 10 dias a contar da notificação do Despacho de Acusação.

**5.8. Em qual das seguintes formas de processo especial é dispensada a instrução preparatória?**

- a) O processo de contravenção
- b) O processo abreviado;
- c) O processo para crimes julgados em 1.<sup>a</sup> instância pelo Tribunal Supremo.

**5.9. Indique qual das situações ou descrições abaixo constitui direito das testemunhas:**

- a) Apresentar-se na hora e local designados, às autoridades que, nos termos da lei tiverem notificado ou convocado, mantendo-se à sua disposição enquanto não forem dispensadas;
- b) Responder com verdade às perguntas que lhe forem feitas;
- c) Ditar para acta o depoimento que prestarem.

**5.10. Qual é a duração máxima da instrução preparatória se houver arguido preso preventivamente?**

- a) 24 Meses;
- b) 10 Meses;
- c) 6 Meses.

## GRUPO VI

**QUESTÕES DE ÉTICA E DEONTOLOGIA PROFISSIONAL DA ADVOCACIA (3,33 VALORES/ ou 16,66%)**

**6.1. Nos deveres do advogado infra indicados, assinale o que se reporta à comunidade:**

- d) Não prejudicar os fins e o prestígio da Ordem;
- e) Comunicar no prazo de 30 dias, qualquer mudança de escritório;
- f) Não solicitar nem angariar clientes por si nem por interposta pessoa.

**6.2. Indique qual o dever que se refere ao cliente nos deveres do Advogado abaixo indicados:**

- d) Pagar pontualmente a quotas e outros encargos devidos à Ordem;
- e) Observar os costumes e praxis profissionais;
-

- f) Guardar segredo profissional.

**6.3. O exercício da advocacia é compatível com as funções e a actividades seguintes:**

- d) Ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República
- e) Governador e Vice-Governadores Provinciais
- f) Docente Universitário.

**6.4 Qual dos cargos e actividades abaixo indicados é incompatível com o exercício da advocacia?**

- d) Membro do Governo;
- e) Trabalhador do Sector Petrolífero;
- f) Trabalhador do Sector Bancário.

**6.5 As regras do Código de Ética e Deontologia Profissional aplica-se:**

- a) Aos Advogados e Candidatos a Estágio;
- b) Aos Advogados e Estagiários;
- c) Aos Advogados e Estagiários inscritos na OAA.

**6.6 Quem pode ser estagiário?**

- a) Os licenciados em ciências sociais;
- b) Os licenciados em direito e ciências;
- c) Os licenciados em direito.

**6.7 Quem deve zelar pelo cumprimento das regras deontológicas por todos os advogados e advogados estagiários que exerçam actividade numa determinada jurisdição provincial?**

- a) O Bastonário;
- b) O Presidente do Conselho Provincial;
- c) O Bastonário e o Presidente do Conselho Provincial.

**6.8 A relação entre o cliente e o seu Advogados baseia-se na:**

- a) Lealdade;
- b) Honestidade;
- c) Confiança.

**6.9 O Segredo Profissional nas relações entre o Cliente e Advogado, consiste na:**

- a) Honestidade e confidencialidade;
- b) Confiança e confidencialidade;
- c) Lealdade e confidencialidade.

**6.10 A violação das regras éticas e deontológicas, em princípio conduz à:**

- a) Aplicação de uma sanção;
- b) Instauração de processo disciplinar;
- c) Aplicação de uma sanção disciplinar.